

deve exclusivamente a este meu histórico familiar de origem portuguesa. Quando Machado Pais, com a sua incansável curiosidade, vai esclarecer-nos possuir o fado raízes também africanas. Permitam-me citar um trecho deste seu texto:

O fado do *fado* é a sua circulação, o seu destino errático, a sua existência clandestina, a sua vadiagem. Por isso se diz que o fado é *vadio*. Como vadios eram todos aqueles que o abraçaram nas suas origens: prostitutas e rufias, negros e mulatas, chulos e ciganos. São esses tráfegos vadios do fado, essas navegações transcontinentais de sons, que possibilitam os entrelaçamentos que dão suporte à identidade luso-afro-brasileira [p. 249].

O texto científico soa como poesia. Machado Pais consegue, como poucos, conjugar ciência com arte, articular o rigor com o humanismo, debater e construir o conhecimento sem o pedantismo ainda reinante no meio académico. Como se estivesse ele, e nós na *boleia* ao lermos o livro, num passeio, num *vadiar sociológico ocioso*. Lembrando que a palavra «ócio» se origina do grego *sholé*, o qual era proclamado pelos filósofos da Grécia antiga como primordial para o cultivo do corpo, da arte, da cultura e... da ciência.

Para aqueles que têm buscado outras possibilidades metodológicas trata-se de leitura fundamental, uma sociologia qualitativa com qualidade!

LUIZ GONÇALVES JÚNIOR

Pacheco de Andrade, O Bispo Controverso. D. António Ferreira Gomes, Percurso de Um Homem Livre, Lisboa, Multinova, col. «Palavra e Testemunhos», 2002, 294 páginas.

Não vale a pena, a propósito deste livro, lamentarmos o facto de em Portugal o género biográfico ser pouco acarinhado. Na verdade, a obra *O Bispo Controverso* não é uma biografia de D. António Ferreira Gomes (1906-1989), ainda que abra o caminho a quem a quiser escrever. O autor, de resto, não alimentou esse propósito. Deste modo, o livro que aqui se apresenta é plenamente conseguido para o objectivo (limitado) que se propunha: evocar a figura e a memória do «bispo do Porto» (a dimensão de D. António é tal que ficou assim conhecido, como se antes dele ou depois não tivessem existido outros prelados na diocese).

Infelizmente, não ficamos a conhecer o período de formação de D. António, o que seria extremamente importante para mergulhar nas raízes de um saber enciclopédico. Os seus escritos são, aliás, marcados por um intelectualismo por vezes excessivo e — por que não dizê-lo? — por uma exibição algo forçada de referências culturais. A *Carta ao Cardeal Cerejeira*¹, por exemplo, é de tal forma pejada de citações e alusões que exigiu

¹ Cf. D. António Ferreira Gomes, *Carta ao Cardeal Cerejeira*, 16 de Julho de 1968, introdução e notas de José Barreto, Lisboa, 1996.

o labor beneditino de José Barreto na aposição de dezenas de notas a um texto onde se cruzam Émile Boutroux, Kennedy, Cunha Leal, D. Helder da Câmara, Raúl Rego, Fritz Kern, Luther King, Aires de Gouveia, Marcuse, Camilo Castelo Branco, Maritain e a sua mulher, Raissa, os teólogos Hans Urs von Balthasar, John Robinson, Dietrich Bonhoeffer, Harvey Cox... E na *Carta a Salazar*², que não é particularmente longa, as citações vão de santo Agostinho ao presidente Kubitschek, passando por Durkheim, Cícero ou Pio XII.

Muitos vão achar uma heresia este reparo ao estilo de D. António, a começar pelo autor do livro. Apesar de dizer que «é errado fazer de D. António Ferreira Gomes um mito», Pacheco de Andrade é, na verdade, um admirador de tal forma incondicional do «bispo controverso» que chega a rejeitar toda a possibilidade de controvérsia em torno do prelado portuense e do seu legado. O modo como ataca o livro de António Teixeira Fernandes *Relações entre a Igreja e o Estado. No Estado Novo e no Pós-25 de Abril de 1974* (Porto, 2001), os remoques constantes ao Estado Novo e a certas atitudes ou personalidades da Igreja (desde logo, Mons. Costa Nunes), acabam, no fim de contas, por não admitir qual-

² In P.^o José da Felicidade Alves (ed.), *Católicos e Política. De Humberto Delgado a Marcello Caetano*, Lisboa, s. d., pp. 31 e segs., ou in *D. António Ferreira Gomes. Antologia do Seu Pensamento*, selecção de textos e notas de Arnaldo de Pinho, vol. 1, Porto, 1990, pp. 121 e segs.

quer espaço de crítica ao bispo do Porto — no fundo, por não fazer justiça à irreverência e liberdade de espírito de D. António. Ora, o intelectualismo que atrás referi não só não encerra em si mesmo uma crítica — goste-se ou não do estilo, os escritos de D. António são indubitavelmente marcantes —, como se torna muito importante para acompanhar o trajecto de vida do bispo do Porto. A força interior da sua personalidade está indissolivelmente associada a uma consciência de si que não excluía o orgulho intelectual e uma grande dose de auto-estima. D. António sabia o que valia e o choque que vai ter com Salazar e alguns membros da hierarquia eclesiástica pode e deve ser explicado *também* como um embate de personalidades vincadas (não deixa de ser algo cruel o modo como, numa entrevista ao *Diário Popular*, em 1970, D. António alude ao moribundo Salazar como «defunto-vivo»).

Não é cometer uma heresia recordar que D. António, porventura por ingenuidade política, não deixou de vir de Barcelona para votar nas eleições de 1958, satisfazendo o desejo do governo, pois do mesmo passo pode dizer-se que desde os tempos de Portalegre verberava o antipartidarismo do Estado Novo (cf. *O Distrito de Portalegre*, de 9-2-1952)³. Como é interessante lembrar — e Pacheco de Andrade não o

³ Cf. D. António Ferreira Gomes, *Escritos Pastorais de Portalegre (1948-1952)*, apresentação de José Galdes Freire, Porto, 2001.

esconde — que existiu uma segunda carta ao presidente do Conselho, em 2 de Dezembro de 1958, onde se lamenta em tom respeitoso a divulgação da primeira⁴. Também se deve recordar que D. António, em conjunto com todos os bispos, subscreveu a carta pastoral de Janeiro de 1959 sobre a Acção Católica, que foi aproveitada pelo regime como prova de «arrependimento» do bispo. É importante lembrar tudo isto a todos os que pretendem ver em D. António um «opositor antifascista» ou, mais barbaramente ainda, um «Henrique Galvão de sotaina». Para tomar os termos de uma dicotomia proposta pelo próprio D. António — e retomada há pouco por José Barreto⁵ —, poder-se-á dizer que o prelado português adoptou uma estratégia de «resistência», mas não de «oposição».

A resistência do bispo do Porto ao regime corporativo português, lentamente amadurecida desde a segunda metade da década de 50, não era produto de ambições de protagonismo pessoal ou aventureirismos inconsequentes. Ele próprio disse, um ano antes de morrer, que jamais teve vontade de fazer política ou in-

tervir na política (*O Comércio do Porto*, de 14-4-1988), contrariando o labéu de «bispo político» com que os seus detractores quiseram marcá-lo⁶. Isto não se resume à questão de saber se foi ele ou outros que deram publicidade à missiva que endereçou ao presidente do Conselho. O problema é muito mais profundo: a *Carta a Salazar* mais não é, no fim de contas, do que um episódio num magistério que vinha de trás. A crítica ao sistema corporativo do Estado Novo já estava na proposta de pastoral que fez em 1955 ou no texto de 1957 «A Igreja e o corporativismo»⁷; na famosa conferência no CADC, em 1958, já se insinuara a admissão do direito à greve, tema retomado na epístola a Salazar; desde há muito que D. António se preocupa com os problemas sociais, nomeadamente com a sorte dos trabalhadores rurais. É o crescendo do tom das intervenções públicas de Ferreira Gomes — na Semana de Estudos Rurais, na peregrinação da JOC a Roma, na homília de Pentecostes de 1958 — que o livro de Pacheco de Andrade narra com fluidez e detalhe. Apesar de tal «crescendo», o bispo jamais

⁴ Sobre esta carta, considerando que não se tratou de uma retratação de D. António, cf. D. Januário Torgal M. Ferreira, «A retratação do *pro memória?*», in AA.VV., *D. António Ferreira Gomes. Nos 40 Anos da Carta do Bispo do Porto a Salazar*, Lisboa, 1998, pp. 55 e segs.

⁵ Cf. José Barreto, *Religião e Sociedade. Dois Ensaios*, Lisboa, 2002, em esp. pp. 149 e segs.

⁶ Procurando desmistificar esse rótulo, cf. José Barreto, «O caso do bispo do Porto em arquivos do Estado. Notas de uma investigação em curso», in Paulo Bernardino (coord.), *Profecia e Liberdade em D. António Ferreira Gomes. Actas do Simpósio*, s. 1., 2000, pp. 126-127.

⁷ In António Ferreira Gomes, *Endireitai as Veredas do Senhor! Alguns Documentos Pastorais do Bispo do Porto desde 1952 até Janeiro de 1959*, Porto, pp. 191 e segs.

excede os limites — o *pro memoria* para Salazar é acutilante, mas não afrontoso. O próprio D. António dirá, após o 25 de Abril, que a sua carta não visava o «afrontamento do homem da Igreja com o homem do poder» (entrevista a *O Comércio do Porto*, de 2-6-1986). É significativo que, após aquela carta, Salazar e o prelado portuense continuem a manter correspondência, em tom cerimonioso, aprazando um encontro que jamais chegaria a efectuar-se. Mais grave do que o que nessa celeberrima carta se dizia foi a publicidade de que a mesma foi alvo (e aí D. António, talvez por incúria, não está inteiramente isento de culpas, como o próprio reconheceu anos depois, nas suas *Cartas ao Papa*⁸). A questão não era a do anúncio de um divórcio entre o regime e uma parcela da Igreja ou uma sua figura cimeira, para mais prestigiada em certos sectores da Santa Sé. A questão é que, ao permitir-se discutir as opções políticas do regime (nomeadamente no que respeita ao corporativismo), D. António abria um precedente que aquele não poderia tolerar. Mas o exílio, recordemo-lo, não veio logo: até lá, o bispo é sujeito a um surdo

processo de ostracização onde a hierarquia — e o Vaticano — tem algumas responsabilidades; e, já depois de publicitada a *Carta*, D. António vai a Roma em finais de 1958 e regressa sem problemas a Portugal; só mais tarde, noutra deslocação, em 1959, será impedido de atravessar a fronteira de Valença. Tendo partido «em gozo de férias» (para usar a linguagem oficial), ficará dez anos no exílio.

A elevação com que D. António abordou o seu próprio «caso», distanciando-se altaneiramente dos virulentos ataques que lhe eram desferidos pelos publicistas próximos do regime (com destaque para Manuel Anselmo), deu-lhe um estatuto e uma aura que ainda hoje perduram. À volta do prelado portuense gerou-se um unanimismo que nem sempre é salutar: no seu bairrismo, as gentes do Porto querem-no como exemplo do seu apreço indomável à liberdade; os intelectuais deixam-se fascinar pela invulgar cultura humanística do prefaciador de *Contos Exemplares* de Sophia; muitos sectores ligados à Igreja recordam-no como prova de que nem todos estavam com o regime e este não poderia considerar-se um «fascismo baptizado»; a esquerda gosta de mostrar que mesmo uma das bases de apoio do regime — a Igreja — começava a abrir fissuras e envereda por interpretações tantas vezes maniqueístas e simplistas (de um lado, a hierarquia retrógrada chefiada por Cerejeira, do outro, os «bons católicos»: D. António, o bispo da Beira, os padres Alves Correia, Felicidade Alves ou Abel Varzim).

⁸ Cf. D. António Ferreira Gomes, *Cartas ao Papa sobre Alguns Problemas do Nosso Tempo Eclesial pelo Bispo Resignatário do Porto*, 2.^a ed., Porto, 1987, p. 113. Mais precisamente, D. António diz que uma das fontes de divulgação da carta «proveio de uma das pouquíssimas pessoas a quem confiei, sob segredo, um exemplar; e esse não faltou à confidência, mas foi atraído por um amigo».

A estatura moral do bispo do Porto está acima de tudo isto. A postura de D. António foi de uma frontalidade tranquila — e é isso que o engrandece. O bispo não forçou o conflito (por exemplo, recusou-se a receber em audiência um emissário de Delgado) e, mesmo quando exilado, manteve uma postura firme (rechaçando pressões para se demitir) mas serena e, por vezes, colaborante; antes de entrar em Portugal, aguardou que Marcello Caetano fizesse mais uma (frustrada) diligência para solucionar o problema da diocese, tal como o presidente do Conselho, em termos cordatos, lhe pedira⁹.

Eis, em suma, um livro que se recomenda enquanto aguardamos um trabalho de maior fôlego sobre D. António Ferreira Gomes, que descreva aprofundadamente o seu período formativo (com surpreendentes influências maurrassianas e integralistas), a sua passagem pelo Concílio Vaticano II (um período muito mal conhecido) e a sua trajetória após o 25 de Abril, ou seja, um livro que mostre que o prelado português foi mais do que um «bispo controverso» que um dia escreveu uma carta a António de Oliveira Salazar. Pede-se, além disso, um conjunto de fontes mais alargado (por exemplo, há uma importante entrevista ao *Diário de Notícias*, de 16-2-1987, que, salvo erro, não é citada por Pacheco de Andrade). Sobretudo, aconselha-se a que se não caia em

erros muito comuns, mas indesculpáveis: ao contrário do que diz Pacheco de Andrade, num lapso infelizmente muito vulgar, o presidente do Conselho não desejou a vinda de Paulo VI a Fátima por este ter recebido os líderes dos movimentos de libertação (p. 183). A «audiência» aos líderes africanos ocorreu em 1970, já em pleno consulado de Marcello Caetano. O ressentimento de Salazar derivava, isso sim, da ida de Paulo VI a Bombaim, um episódio que nem a oferta da *rosa de ouro* ao Santuário de Fátima conseguira apagar do espírito do presidente do Conselho. Mas isso são contas de outro rosário.

ANTÓNIO DE ARAÚJO

Nuno Valério (coord.), Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Eugénia Mata, **As Finanças Públicas no Parlamento Português**, Assembleia da República/Edições Afrontamento, 2001, 235 páginas.

O livro agora publicado com a chancela da colecção «Parlamento da Assembleia da República» abarca todo o período que vai de 1821 a 1997. Em domínios como a legislação fiscal começa mesmo no Antigo Regime. Na apresentação, Nuno Valério afirma que se trata da publicação dos resultados de uma primei-

⁹ Cf. D. António Ferreira Gomes, *Cartas ao Papa...*, cit., p. 214.